

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Jonson Patric Borge Porto

**REVISITANDO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE  
ESCOLAR**

Quaraí, RS  
2020

**Jonson Patric Borge Porto**

**REVISITANDO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências da Religião (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciado em Ciências da Religião**.

Orientadora: Lorena Inês Peterini Marquezan, Dra. (UFSM)

Quaraí, RS  
2020

**Jonson Patric Borge Porto**

**REVISITANDO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências da Religião (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial de obtenção do grau de **Licenciado em Ciências da Religião**.

**Aprovado em 15 de dezembro de 2020:**



**Lorena Inês Peterini Marquezan, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Professor Dr. Amarildo Luiz Trevisan**  
(Avaliador)

---

**Professor Dr. Noeli Dutra Rossatto**  
(Avaliador)

Quaraí, RS  
2020

## RESUMO

### REVISITANDO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR

AUTOR: Jonson Patric Borge Porto  
ORIENTADORA: Lorena Inês Peterini Marquezan

Apesar de ser caracterizado pela pluralidade de crenças religiosas, o Brasil possui uma grande predominância cristã, característica que pode explicar os elevados índices de registros e denúncias de intolerâncias religiosas. A escola surge como um importante contexto de desenvolvimento de uma educação voltada para a valorização das diferenças, e, assim, formar indivíduos capazes de reconhecer e respeitar a riqueza dessas assimetrias individuais, sejam elas na aparência, nos costumes, nas crenças, na cultura ou qualquer outra. O estudo teve como objetivo visitar a intolerância religiosa no ambiente escolar. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscamos aprofundar esse tema, refletindo para a necessidade da educação para tolerância e aceitação da diversidade religiosa e a educação para a paz. Dentro desta problemática, buscamos conhecer as formas de intolerância religiosa no ambiente escolar, e buscamos respostas da seguinte situação-problema: quais as pesquisas que tratam sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar? Concluiu-se que a discriminação ou intolerância religiosa na escola faz com que o aluno se sinta humilhado diante de seus colegas pelo simples fato de cultivar uma tradição religiosa distinta ou simplesmente por não cultivar nenhuma religião. Esta violência repercute diretamente em seu processo de aprendizado, podendo, inclusive, levar à evasão escolar. Ao final do estudo, entende-se ser necessário um maior aprofundamento por parte dos professores nas causas que envolvem a Lei nº 10.639/2003, que trata do ensino da cultura negra, de forma que os professores se tornem agentes no cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em favor de ações afirmativas multiculturais, em que a comunidade escolar é a maior beneficiada nesse processo.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso. Diversidade. Intolerância Religiosa.

## **ABSTRACT**

### **REVISITING RELIGIOUS INTOLERANCE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT**

AUTHOR: Jonson Patric Borge Porto  
ADVISOR: Lorena Inês Peterini Marquezan

Despite being characterized by the plurality of religious beliefs, Brazil has a great Christian predominance, a characteristic that may explain the high rates of records and complaints of religious intolerance. The school emerges as an important context for the development of an education aimed at valuing differences, individuals capable of recognizing and respecting the richness of this asymmetry, whether in appearance, in customs, in beliefs, in culture or any other. The study aimed to revisit religious intolerance in the school environment. Through bibliographic research, we seek to deepen the theme, reflecting the need for education for tolerance and acceptance of religious diversity and education for peace. Within this problem, we seek to know the forms of religious intolerance in the school environment, and we seek answers to the following problem situation: what research deals with religious intolerance in the school environment? It was concluded that discrimination or religious intolerance at school makes the student feel humiliated in front of his colleagues for the simple fact of cultivating a distinct religious tradition, or simply for not cultivating any religion. This violence has a direct impact on their learning process, and may even lead to dropping out of school. At the end of the study, it is understood that further research by the teachers is necessary in the causes involving Law No. 10.639/2003, which deals with the teaching of black culture, so that teachers become agents in compliance with the Law of National Education Guidelines and Bases in favor of affirmative multicultural actions, in which the school community is the biggest beneficiary in this process.

**Keywords:** Religious Education. Diversity. Religious intolerance

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	6
2 REVISÃO DE LITERATURA .....	8
3 METODOLOGIA .....	15
4 DISCUSSÃO .....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS.....	23

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de sua evolução nos mais variados aspectos, a sociedade brasileira ainda vive tempos de segregação e preconceitos por motivos como a cor de pele, a descendência étnica e/ou a opção religiosa. A escola precisa se comprometer com o desenvolvimento de uma educação voltada para a valorização das diferenças. É preciso contribuir com a formação de indivíduos capazes de reconhecer e respeitar a riqueza das assimetrias entre as pessoas, sejam elas na aparência, nos costumes, nas crenças, na cultura ou qualquer outra. A diferença deve ser uma grande experiência de encontro, de troca de conhecimento e jamais de discriminação ou intolerância.

Embora a população brasileira seja predominantemente cristã, percebe-se também uma pluralidade de crenças religiosas de matrizes diversas. O Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, indicou que mais de 86% da população brasileira denominava-se cristã, entre católicos e evangélicos de várias denominações, entretanto se identificou também a existência de mais de 40 grupos religiosos registrados no país. Mesmo entre os denominados cristãos, a diversidade é uma marca da composição do Brasil e, da mesma forma que essa pluralidade é um traço capaz de viabilizar o respeito à diferença, é também catalizador de violência e intolerância (SOUZA; OLIVEIRA, 2018).

Essa violência e intolerância são comprovadas ao serem analisados os registros de denúncias de intolerância religiosa registrados pelo “Disque 100”. O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) afirma que, entre janeiro e junho do ano de 2017, o canal registrou 169 denúncias de intolerância religiosa, sendo que 39,05% dessas ocorrências tiveram como vítimas praticantes de candomblé, umbanda e demais religiões de matriz africana (SOUZA; OLIVEIRA, 2018).

Dentro desta problemática, buscamos revisitar a intolerância religiosa no ambiente escolar, e buscamos respostas para a seguinte situação-problema: quais as pesquisas que tratam sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar?

O estudo tem como objetivo geral revisitar a intolerância religiosa no ambiente escolar e, especificamente, aprofundar análises a partir de leituras de pesquisas feitas sobre o tema em estudo, refletindo para a necessidade da educação voltada para tolerância e aceitação da diversidade religiosa, bem como a educação para a

paz.

Em um país de grande diversidade religiosa, o tema Ensino Religioso no contexto escolar por si só já se apresenta com grande complexidade. Conforme Strec (2012) o Ensino Religioso é uma disciplina presente nas escolas brasileiras desde sempre, mas até hoje sua inclusão é polêmica e sua exigência como disciplina escolar é contestada. A autora acrescenta que a realidade brasileira é plurirreligiosa e traz como característica a diversidade. O Ensino Religioso está inserido neste contexto e é afetado diretamente por ele. Por um lado, se tem a disciplina específica e regulamentada e, por outro, os professores precisam dar conta da diversidade em termos de diferentes tradições religiosas presentes, tanto na sociedade brasileira quanto na escola.

Este trabalho se justifica em razão de a intolerância religiosa ser um dos problemas da sociedade e, nos últimos anos, encontramos com mais frequência essa ocorrência no ambiente escolar, por isso o desenvolvimento deste projeto se torna relevante para o assunto. Também se justifica pela necessidade de se trabalhar a tolerância religiosa e a cultura da paz nas escolas, sendo este um meio eficiente de se lidar com a grande diversidade existente, característica de um país que, apesar de diversificado, ainda apresenta índices alarmantes de intolerância religiosa, que se expressa através da violência.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Para fundamentar nosso artigo buscamos algumas pesquisas feitas sobre intolerância religiosa em escolas públicas, uma delas na cidade do Rio de Janeiro. Tal pesquisa destaca que:

A promulgação da Lei no 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determinou a inclusão, no currículo da educação básica pública e privada do país, da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Isto foi considerado como uma grande conquista na luta contra o racismo e a intolerância religiosa nas escolas públicas, contudo sua implementação enfrenta diversos obstáculos nos sistemas educacionais e no ambiente escolar. As situações conflituosas relativas à religião nas escolas brasileiras envolvem questões vinculadas à trajetória e convicções pessoais de educandos, familiares, profissionais da educação, bem como à ação de entidades religiosas, à postura e concepções de gestores e gestoras e às reações de cada um destes às novas propostas. (ROCHA et al, 2016, p. 709).

Percebemos na pesquisa feita que existem intolerâncias referentes a trajetórias e convicções pessoais de educandos, familiares, entidades religiosas, gestores e profissionais da educação. Refletindo, vemos uma lacuna na formação humana e no respeito à diversidade de credos presentes no dispositivo legal da Constituição Federal do Brasil de 1988. Mais adiante, a mesma pesquisa traz a fala de uma professora dessa escola pública:

Declara ainda que o candomblé é uma grande escola, por ensinar a seus praticantes que “as pessoas têm qualidades e defeitos” e, por esta razão não se deve emitir juízo de valor. Acredita que é o candomblé e não a escola que tem ensinado aos seus praticantes a lidar com a diferença e a se relacionar com as outras religiões [...] Ao ser questionada se era função da escola ensinar os alunos a conviverem com a diferença, e se este seria um dos objetivos da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2005), enfatizou que isto não acontecia. Graça considera que a lei não contempla as religiões afro-brasileiras, encobrindo este tipo de religiosidade, pois não acredita ser possível estudar a África sem mencionar suas divindades. A existência pura e simples da Lei nº 10.639 e das diretrizes curriculares não leva a termo o processo de aceitação das religiões afro-brasileiras por parte da escola. (ROCHA et al, 2016, p. 713).

Percebemos as fragilidades e as grandes potencialidades que a Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003) propiciou à educação brasileira, pois de um lado obrigou as diretrizes curriculares nacionais a incluírem essa temática no currículo escolar, no entanto a escola “não leva a termo” o processo de aceitação da diversidade cultural

e religiosa prevista no dispositivo legal.

Esta é uma questão de não aceitação de um universo religioso, que está muito além dos objetivos propostos por uma educação inclusiva e não apenas meramente legal. Segundo o relato de Graça, na rede pública de ensino, a expressão que mais tem ouvido ao longo dos anos é: “Quem mandou o aluno (a) fazer o santo?”. A comunidade escolar, ao agir assim, demonstra o desrespeito pela religiosidade do discente. Numa instituição onde o aluno judeu, o católico e o evangélico são respeitados, o praticante do candomblé não.[...] A partir de suas declarações, é possível perceber a existência de um currículo que internaliza os valores de uma matriz religiosa judaico-cristã numa vertente mais radical. O aluno praticante das religiões afro-brasileiras tem o direito de afirmar seus valores sociais e culturais pela vestimenta, vocabulário e expressão corporal. Sendo a escola responsável por zelar para que os colegas de outros credos não o ridicularizem. (ROCHA et al, 2016, p 713-714).

Ao longo da história, as minorias sempre foram alvo de preconceito e discriminação, e isso não é diferente na esfera religiosa, onde adeptos de determinadas religiões sentem a rejeição e até mesmo a violência vinda de determinados grupos.

Segundo Pedro Oro, (2007) a demonização religiosa não é uma inovação do catolicismo brasileiro. Mesmo tendo havido rejeição das religiões afrobrasileiras, seus rituais e crença, pela igreja católica ao longo de séculos na história brasileira, hoje pode ser observado que é travada uma espécie de guerra santa praticada por algumas igrejas neopentecostais, tendo por base uma teologia surgida na década de 80 no meio evangélico norte-americano, que propõe a demonização das religiões não cristãs. (ROCHA et al, 2016, p. 715).

Percebemos o preconceito, o estereótipo e a intolerância comprovada através da pesquisa feita ao longo da história da humanidade, mas principalmente da Idade Média. Outra pesquisadora mostra a realidade vivenciada nos Conselhos de Classes, em que se vê a tolerância por parte de alguns professores, demonstrada pela aceitação e pela empatia quanto aos aspectos religiosos dos alunos, mas também mostra os conflitos dos educadores discordantes, os quais entendem que as faltas não podem se abonadas por motivos religiosos:

Declara acreditar que nos encontramos diante da formação de redes de sociabilidade estabelecidas com fim específico de proteção, tecida pela mediação dos vínculos com o universo religioso afro-brasileiro possibilitando a interação do indivíduo com o grupo, a partir da percepção de que estas envolvem: além dos conteúdos, a própria valorização de suas ações. Desse modo, as formas resultantes destes processos ganham vida própria, libertas dos conteúdos e existindo por si mesmas, constituindo a sociabilidade, que transforma associação em um valor apreciado em si (SIMMEL, 2006). A

entrevistada chama a atenção para as estratégias adotadas por professores praticantes ou relacionados ao universo religioso afro-brasileiro. Tomando o exemplo do Conselho de Classe em que esses professores procuram ajudar os alunos que praticam religiões afro-brasileiras, no intuito de abonar as faltas decorrentes de sua frequência ao terreiro. Ela afirma que as reuniões se transformam em verdadeiros embates, pois alguns professores argumentam que a religião não pode ser usada como justificativa, ignorando, ou mesmo negando a religiosidade desses alunos. (ROCHA et al, 2016, p. 716).

Percebemos que há antagonismos nas posturas dos professores, no entanto a Constituição Brasileira garante a qualquer cidadão a sua liberdade religiosa e, dessa forma, esta liberdade deve ser exercida, conforme defende Freire (2016, p. 68): “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”.

Em sala de aula, o professor de ensino religioso depara-se com uma importante oportunidade de mudança de paradigmas, pois é através do conhecimento que seus alunos poderão entrar em contato com culturas diferentes da sua, desmistificando as demais religiões para que assim as trate com o mesmo respeito que deseja para sua própria crença. Como explica Freire (2001), o professor não pode agir como se não tivesse nada a ver com o mundo lá fora e é nesta perspectiva que precisa orientar aos seus alunos:

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE, 2001, p. 75.)

Freire (2002) faz referência a duas diferentes concepções de educação. Em uma delas, o educador deposita noções na mente dos educandos da mesma forma que se faz depósito em banco, daí a denominação “educação bancária”. O educando torna-se um mero receptor de conhecimentos, numa relação vertical, ou seja, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2002, p. 58). Neste modelo, a opressão é legitimada suprimindo-se o direito fundamental de todo homem e mulher de agirem em sua própria história. A visão fatalista não percebe todas as potencialidades dos sujeitos. Ao contrário, as diferenças são realçadas, vistas como entraves ao seu desenvolvimento. A inclusão é desconsiderada diante das

dificuldades formuladas pelo opressor, e a mudança é transformada em sonho impossível de se realizar.

Já a visão libertadora aceita todo homem e mulher como agentes de sua transformação. O educador não se entrega ao fatalismo, negando ao educando o conhecimento de sua opressão, e permite a ele se libertar. Diz Freire (2000, p. 367): “desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando os índios, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos, e amorosos da vida e dos outros”. Não cabe ao educador segregar os historicamente excluídos, omitindo-se diante da opressão e legitimando o discurso do opressor (FREIRE, 2000).

A produção e o desenvolvimento do conhecimento, da aprendizagem estão ligados ao processo de conscientização. O conhecimento é elaborado e criado a partir das ações reflexivas e práticas imersas no contexto. O processo de tomada de consciência é sempre inacabado, contínuo e progressivo, buscando superação e o desvelamento da realidade, “quanto mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomenológica do objeto que se pretende analisar” (FREIRE, 1979a, p. 30).

Para Freire (1979), a educação assume caráter amplo, não restrito à escola em si e nem a um processo de educação formal. Para ele, a escola deve ser considerada um local onde seja possível o crescimento mútuo, do professor e dos alunos, no processo de conscientização, o que implica em uma escola diferente da que se tem atualmente, com seus currículos e prioridades.

Para Paulo Freire (2002), a escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma sociedade. Para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando. Referindo-se ao processo ensino-aprendizagem na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire entende que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homem ou povo, na luta incessante da recuperação de sua humanidade.

Como decorrência de uma educação problematizadora ou conscientizadora, aprender a ler e a escrever deveria ser uma oportunidade para que o homem soubesse o que é o significado verdadeiro de “falar a palavra”, um ato humano que implica reflexão e ação, um direito humano primordial e não um privilégio de poucos. Falar uma palavra não é um ato verdadeiro se não está ao mesmo tempo associado com o direito de “expressar a si mesmo”, “expressão do mundo”, criando e recriando,

decidindo, elegendo e participando do processo histórico da sociedade (FREIRE, 1979b).

A educação é uma pedagogia do conhecimento e o diálogo a garantia deste ato de conhecimento no processo de alfabetização de adultos, implicando numa ação pedagógica, comprometendo os alunos com a problemática de suas situações existenciais a partir da realidade na qual se encontram inseridos. O diálogo implica relação horizontal de pessoa a pessoa, sobre alguma coisa, e nisto reside o novo conteúdo programático da educação. A palavra é vista em duas dimensões: a da ação e a da reflexão. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí se afirma que dizer a palavra verdadeira consiste em transmitir o mundo e em transformá-lo. (MIZUKAMI, 1986, p.101). As necessidades e a tomada da consciência que se tenha da realidade resultam nos conteúdos programáticos da educação.

O diálogo da educação como prática da liberdade é instituído no momento em que é realizado o que Paulo Freire chama de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores. A investigação deste universo temático implica uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Sendo dialógica e conscientizadora, a educação proporciona não só a apreensão dos temas geradores, mas a conscientização destes. A avaliação do processo consiste na autoavaliação e/ou avaliação mútua e permanente da prática educativa por professores e alunos. No processo de avaliação proposto, tanto os alunos como os professores saberão quais as suas dificuldades, quais seus progressos, sendo o diagnóstico da realidade: “a avaliação é da prática educativa, e não de um pedaço dela” (FREIRE, 1971, p. 94).

Freire, em suas diversas obras, aponta para a importância de desenvolvermos a consciência coletiva de participação, de ação-reflexão-ação (FREIRE), o método dialógico que inicialmente utilizava em Pernambuco trabalhando com adultos analfabetos nos “Círculos da Cultura”. A complexidade do nosso mundo atual, marcado por desigualdades sociais, são prementes e relevantes, logo, pertinentes às reflexões de Paulo Freire, educador brasileiro citado por muitos pesquisadores, dentre eles Jaime Zitkoski:

Em seu livro *Pedagogia da esperança*, o educador da esperança Paulo Freire defende que: “hoje, mais do que em outras épocas, devemos cultivar uma educação da esperança enquanto empoderamento dos sujeitos históricos desafiados a superarmos as situações limites que nos desumanizam a todos”.

[...] A educação é desafiada a trabalhar a esperança na emancipação social, revendo paradigmas que já não têm potencial explicativo da realidade e mostram-se ultrapassados diante da complexidade de nosso mundo atual, a importância da dialogicidade no processo formativo do ser humano. [...] Paulo Freire, em seus últimos escritos, na Pedagogia da esperança e na Pedagogia da autonomia, reelaborando seu próprio pensamento à luz dos novos contextos socioculturais inaugurados nos anos 90 do capitalismo globalizado e criticando o neoliberalismo. [...] Portanto, há que se reconstruir o projeto social emancipador e, por essa razão, a ideia de utopia e esperança no futuro histórico da humanidade aparece em Freire como contracultura e contradiscurso frente à ideologia dominante dos anos 90. (ZITKOSKI, 2010, p. 13-16).

Na complexidade do curso de formação de professores da Ciência da Religião/Ensino Religioso, percebemos a possibilidade de lutarmos para a emancipação numa sociedade complexa, plural, globalizada e na crise da humanidade intensificada pela pandemia da Covid-19, aumentando a violência, as discriminações, os preconceitos e estereótipos, de cor, de raça, de credo, entre outros problemas que afetam a humanidade.

Conforme a Lei 9.475/97, o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Conforme já relatado, o Brasil é caracterizado por uma grande diversidade religiosa e, segundo Cunha e Barbosa (2011), esta diversidade é refletida no ambiente escolar e assim como ocorre na sociedade, também dificulta a prática de uma convivência pacífica entre os alunos. Apesar das políticas públicas universais, a escola brasileira encontra dificuldades para manter uma heterogeneidade de sujeitos com diferentes condições econômicas, sociais, culturais, étnicas, físicas, religiosas e psicológicas. Os autores destacam que o ensino religioso, apesar de possuir matrícula facultativa, é uma disciplina que integra os horários normais das escolas públicas visando contribuir para se ter uma maior compreensão de temas que evidenciam os modos de vida como, ética, cidadania, respeito, tolerância e capacidade de aceitar os outros e a si próprio, abrangendo também a história das diversas religiões, a fim de obter uma convivência pacífica.

Nesta perspectiva, Milani (2012) afirma que a diversidade e a intolerância religiosa são temas que exigem reflexões e debates também no ambiente escolar. A autora considera que o não tratamento dessa temática em sala de aula ou a ausência da escola em relação a este debate pode ser interpretado como o resultado de uma

falta de relação entre os eventos históricos e a realidade social, bem como pela adoção de metodologias tradicionais ou ultrapassadas.

Milani (2012) acredita que o maior desafio da humanidade neste século é aprender a conviver com as diferenças e, na escola, é possível colaborar para que isso ocorra, trabalhando-se a intolerância religiosa em suas práticas pedagógicas. A escola não pode ficar indiferente a essa questão, pois ela existe e se manifesta também no cotidiano escolar.

### 3 METODOLOGIA

Este artigo foi produzido através de uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Pizzani et. al. (2012), pode ser conceituada como uma revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é chamada de levantamento bibliográfico e pode ser realizado em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet, entre outras fontes. O objetivo de uma revisão bibliográfica, segundo os autores, é buscar a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Ela dará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Dentro desta problemática, buscamos conhecer as formas de intolerância religiosa no ambiente escolar, bem como as respostas da seguinte situação-problema: quais as pesquisas que tratam sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar?

Para responder, buscamos três artigos científicos, fruto de pesquisas no ambiente escolar conforme citados na referência. A seguir, destacaremos algumas reflexões pertinentes a respeito desses trabalhos. Além disso, fizemos leitura crítica de vários livros, destacando alguns fragmentos pertinentes com os quais vem elucidar nossas inquietações. Buscamos na legislação a Lei nº 10.639/2003, que trata do ensino da cultura negra, dispositivo legal que todos os educadores devem conhecer e implementar nas suas propostas pedagógicas.

## 4 DISCUSSÃO

Uma das pesquisas lidas é citada no referencial teórico, pois trata sobre a forma de fragmentos mais importantes para concretizar nossos objetivos, que foi sobre a intolerância religiosa em escolas públicas no Rio de Janeiro, de Rocha et al. (2016). Esse repositório científico traz como conclusão uma contribuição importante para as nossas reflexões:

Percebe-se que o currículo praticado pela escola onde esta trabalha não está plenamente alinhado com uma educação antirracista, pois as atividades, aparentemente, são estanques, não fazendo parte de um planejamento maior, pensado em longo prazo. Ela afirma que a escola se limita à Semana da Consciência Negra e a atividades extracurriculares das quais somente os alunos do horário integral participam, de forma facultativa, dentre as atividades previstas na Lei nº 10.639. E a direção e coordenação pedagógica não instam os professores a trabalharem na forma da lei. Sendo a participação dos professores facultativa, não há recusa em seguir a lei, mas sim uma opção por trabalhar outros temas, forma sutil de negar a superação de preconceitos sobre a África, sua história e suas heranças culturais.

Corroboramos com esses achados e acreditamos que a escola deva trabalhar de maneira interdisciplinar o tema da educação para tolerância e para convivência pacífica dos diferentes credos.

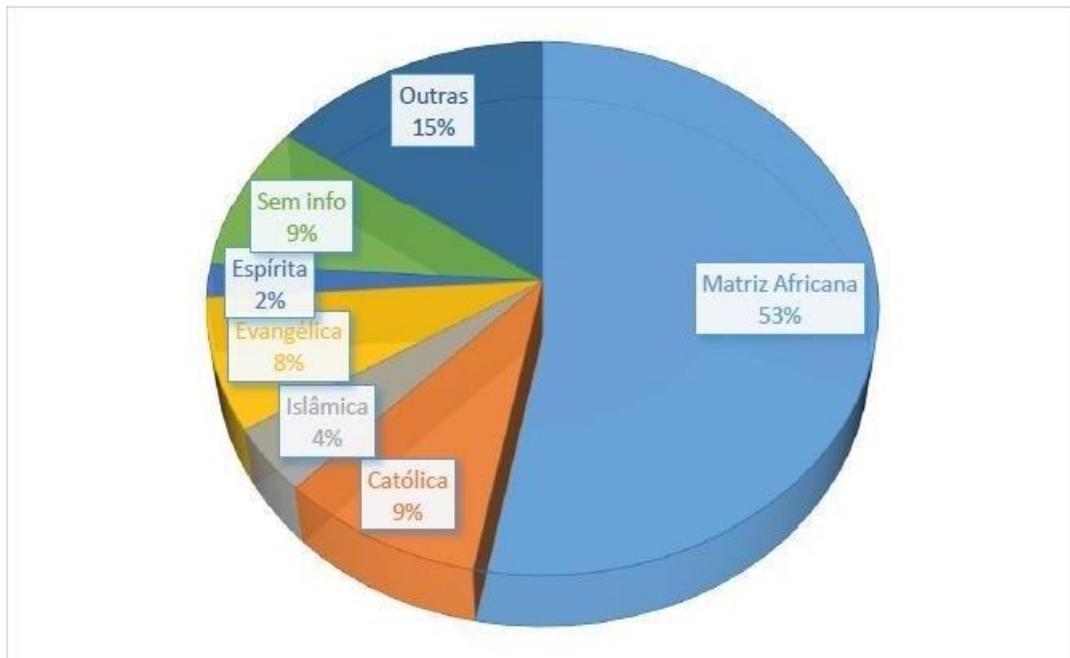
Outro interessante estudo analisado por Paulo e Silva (2019) objetivou verificar alguns documentos de ensino gerados e distribuídos por estas comunidades, que estimulam ações de intolerâncias religiosas contra um determinado grupo religioso, sendo nesta pesquisa, particularmente, as crenças de matrizes africanas, detalhadamente a Umbanda e o Candomblé.

Paulo e Silva (2019) constatam, por meio de sua pesquisa, que a existência perceptível de uma pluralidade religiosa nas sociedades não culmina com uma convivência inter-religiosa. Os autores demonstram a má influência das interferências religiosas em variados espaços sociais, com flagrantes casos de discriminação, intolerâncias e violências motivadas por pertencimento de crenças.

Paulo e Silva (2019) citam exemplos sobre as más influências religiosas na sociedade, apontando casos contra as crenças afro-brasileiras na cidade de Fortaleza, no Ceará, como um dos vários exemplos do que ocorre no Brasil, confirmando dados estatísticos sobre a cobertura da imprensa em casos de intolerância religiosa pelo país, do *Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa*

no Brasil: resultados preliminares, organizado pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dados que são sintetizados e expressões no gráfico 1.

Gráfico 1 – Religião das vítimas de discriminação



Fonte: Paulo e Silva (2019)

Como se visualiza no gráfico, as religiões de matrizes africanas são destacadamente as que mais sofrem discriminação. Paulo e Silva (2019) afirmam que estas intolerâncias religiosas dão forma às análises de Berger quando ele reflete sobre colocar a fé, especificamente a cristã, diante de um desafio, que vem a ser o da interrogação sobre sua afirmação como único caminho e verdade. Os autores compreendem que a reação vista é a da radicalidade, uma vez que os adeptos de um seguimento religioso desenvolvem uma segunda natureza quando da assimilação do que é aprendido, tornando-se um desafio compreender as ramificações que esse comportamento pode atingir. Este desafio é posto nas instituições sociais, que refletem as influências ensinadas de dentro de igrejas ou grupos de oração cristãos.

Por fim, Paulo e Silva (2019) afirmam compreender que a educação no Brasil possui raízes históricas nas relações que entrecruzam o cristianismo com religiões indígenas e africanas, resultando em sincretismos e numa configuração plural de expressões religiosas, que não podem ser ignoradas pela legislação e pela pedagogia

atuais. Isso torna essas questões delicadas, porém necessárias, tendo em vista os caminhos possíveis de edificação para a formação cidadã da comunidade escolar.

Buscando discutir os desafios que o ensino religioso e a presença na escola pública, Barcellos e Andrade (2014) expõem algumas manchetes que nos remetem ao tema intolerância religiosa no contexto escolar, lembrando casos que ganharam relativa repercussão na mídia. Os autores assim os citam:

O primeiro caso é de 2009. Um aluno de 17 anos é expulso de uma escola estadual de Minas Gerais, no município de Aimorés, no Vale do Rio Doce, porque usava um boné. Vale registrar que, segundo depoimento do jovem, a expulsão não se deu porque o boné não era um item de seu uniforme, mas porque ele não o retirou na hora da oração da Ave Maria, realizada todos os dias no primeiro tempo de aula. A oração era feita pelo sistema de som da escola e todos os alunos deveriam retirar os bonés e permanecer de cabeça baixa [...] O segundo caso é de 2011, ocorrido no Rio de Janeiro, quando um aluno de 13 anos estava na aula de artes e tinha acabado de terminar uma maquete sobre as pirâmides do Egito. Conversava com os amigos quando foi expulso da sala aos gritos de “demônio” e “filho do capeta”. Não tinha desrespeitado a professora nem deixado de fazer alguma tarefa. Seu “pecado” foi usar colares de contas por debaixo do uniforme, símbolos da sua religião, o candomblé. O fato do adolescente se manifestar abertamente sobre sua crença provocou a ira de uma professora de português que é evangélica. Depois do episódio, ela o proibiu de assistir às suas aulas e orientou outros alunos para que não falassem mais com o colega [...] O terceiro caso é de 2012. Uma professora de geografia de uma escola estadual de Minas Gerais, no município de Mirai, resolveu iniciar as suas aulas rezando o Pai Nosso com os alunos. Um deles decidiu manter-se em silêncio. Ao notar a reação do estudante, ela lhe disse, segundo o relato do aluno, que “um jovem que não tem Deus no coração nunca vai ser nada na vida”. O aluno de 17 anos disse que o que ela fazia era ilegal segundo a Constituição. E a professora disse ao aluno que essa lei não existia. O aluno se irritou, os dois discutiram fortemente e o caso foi parar na diretoria da escola. Devido à resistência à oração o aluno passou a ser vítima de alguns colegas, que passaram a dizer que ele era “do demônio”. Em outra ocasião, o jovem gravou parte da oração e a disponibilizou na internet. No vídeo, é possível escutar a oração do Pai-Nosso. Ao fim, em vez de “livrai-nos do mal”, alguns colegas dizem “livrai-nos do [nome do aluno]” (Barcellos; Andrade, 2014, p. 764 - 765).

Diante dos fatos expostos, fica evidente que a intolerância religiosa na escola pode afetar o aluno que sofre esta violência em várias esferas, e, inclusive, no aprendizado, pois ele pode passar a ser vítima de discriminação por parte dos colegas e até mesmo professores. Ao se sentir diferente, desprezado, ou ser alvo de *bullying*, sentir-se-á desmotivado e perderá o interesse e a concentração para o estudo, o que repercutirá diretamente em seu aprendizado, podendo levar, também, à evasão escolar.

Buscando soluções para a problemática da intolerância religiosa e

intercultural, Sacavino (2019) desenvolveu uma pesquisa com foco na construção de uma perspectiva intercultural, capaz de mobilizar práticas educativas que visem a uma educação crítica, tendo como horizonte a reinvenção da escola. O estudo apresenta o processo de construção do “abecedário” sobre educação e interculturalidade, idealizado e realizado sob a direção da professora, Adriana Fresquet do Grupo Cinead, da Faculdade de Educação da UFRJ.

O primeiro conceito é selecionado por Sacavino (2019) a partir da letra E, é educação intercultural, para o qual apresenta uma definição que norteia os entendimentos e trabalhos:

A Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos individuais e coletivos-, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça social, cognitiva e cultural-, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAU, 2013, apud SACAVINO (2019, p. 9).

Sacavino (2019) chama atenção para a importância da diferença como riqueza, já que normalmente a escola se entende como o lugar central de construção da igualdade interpretada como oposta à diferença. Com frequência, a diferença está associada a um problema a ser resolvido, à deficiência, ao déficit cultural e à desigualdade. No entanto, se procurar mudar de ótica diante das diferenças culturais como riquezas que ampliam nossas experiências, dilatam nossa sensibilidade e nos convidam a potencializá-las como exigência da construção de um mundo mais igualitário, não poderemos ser atores de processos de educação intercultural.

O segundo conceito é selecionado por Sacavino (2019) a partir da letra B, de branquitude. Segundo a autora, trata-se de uma questão bastante recente na discussão das relações étnico-raciais e na questão da interculturalidade e está relacionada à discussão das relações étnico-raciais, que estão muito presentes as culturas negras, as culturas indígenas, as culturas regionais, mas a identidade branca nunca se tocava nessas discussões. Parece que a identidade branca era o óbvio, o natural, todas as demais eram consideradas as diferentes. Nos últimos vinte, trinta anos, principalmente, vem se discutindo a questão da branquitude. Para a autora, não basta trabalhar a cultura negra, ou a cultura indígena, próprias dos grupos considerados diferentes, é importante trabalhar também a branquitude, para que as

pessoas que se identificam como brancas reflitam sobre em que consiste ser branco na sociedade que vivemos.

O terceiro conceito é selecionado por Sacavino (2019) a partir da letra C, de Colonialidade. A autora afirma que uma pedagogia decolonial e intercultural se instituem como um princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos e que, além de denunciar o epistemicídio, deixa-o em evidência, reconhece e promove essas outras formas de produção epistêmica de resistência e de produção de alternativas ao capitalismo e ao colonialismo global.

O quarto conceito é selecionado por Sacavino (2019) a partir da letra D, de descolonização e decolonialidade, afirmando que uma educação decolonial e intercultural implica considerar que não existe mais um centro, dominador, superior e organizador que se identifica com uma única cultura que se coloca como medida y referência das outras culturas, e sim o reconhecimento de que todas as culturas são incompletas e que vivemos num contexto de diversidade e pluralismo cultural que nos exige um olhar crítico da realidade e da ordem dominante.

Por fim, o quinto e último conceito é selecionado por Sacavino (2019) a partir da letra E, de empoderamento, onde defende a ideia de que o desenvolvimento de práticas pedagógicas desde uma ótica intercultural e da educação em direitos humanos é fundamental em contextos como o nosso que historicamente construíram suas sociedades afirmadas na exclusão do diferente. Esta perspectiva se propõe potenciar grupos ou pessoas que historicamente têm tido menos poder na nossa sociedade e se encontram dominados, subalternizados ou silenciados, na vida, na escola, e nos processos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc.

Diante dessas pesquisas nos reportamos a outra pesquisadora, refletindo sobre o fato que vivenciamos em nossa trajetória existencial, quando afirma que: “Lembrar não é reviver, mas refazer, se construir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (SOARES, p.40).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressignificando as leituras feitas a partir de outras pesquisas em diferentes contextos podemos afirmar que elas possibilitaram saltos qualitativos em nossa formação pessoal e profissional, pois percebemos que embora a sociedade brasileira seja predominantemente cristã, há também uma grande pluralidade de crenças religiosas de matrizes diversas. Apesar dessa pluralidade e diversidade, também são elevados os números de registros de casos de violência e intolerância religiosa, principalmente, frente aos adeptos de religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda.

A segregação e os preconceitos, independentemente perpassam os motivos de cor de pele e chegam à descendência étnica ou a opção religiosa, os quais ainda são fortemente presentes na cultura brasileira, o que desperta para o importante papel da escola na desconstrução desta realidade, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de reconhecer e respeitar a riqueza das diferenças.

Através deste artigo, ressignificamos a intolerância religiosa, no ambiente escolar, e buscamos esclarecer até que ponto a intolerância religiosa afeta a aprendizagem escolar. Por meio de relatos de casos que ganharam notoriedade, foi possível verificarmos que os casos de discriminação e intolerância são bastante frequentes, e não ocorrem apenas entre alunos, mas muitas vezes partem também de professores ou funcionários das escolas.

Apesar de ter o seu direito de escolha garantido na Constituição Federal de 1988, o aluno se vê acuado e humilhado diante de seus colegas pelo simples fato de cultivar uma tradição religiosa distinta, ou simplesmente por não cultivar nenhuma religião. Este processo de violência desmotiva o aluno, faz com que se sinta “diferente” entre os demais colegas, e repercute diretamente em seu processo de aprendizado, podendo, inclusive, levar à evasão escolar.

Paulo Freire contribuiu na tomada de consciência da importância do respeito, da aceitação, do diálogo aberto entre professores e alunos em uma relação horizontal onde a tolerância, a educação como prática da liberdade, da construção da autonomia, da tomada de consciência das desigualdades sociais, possa promover uma emancipação baseada na aceitação, na superação dos problemas de preconceitos e estereótipos, de cor, de raça, de credo, de classe social, apontando para libertação da opressão:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2002, p. 29).

Ao fim do estudo, entende-se ser necessário um maior aprofundamento por parte dos professores nas causas que envolvem a Lei nº 10.639/2003, cujo conteúdo trata do ensino da cultura negra. Desta forma, os professores se tornam agentes no cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, em favor de ações afirmativas multiculturais, em que a comunidade escolar tem a responsabilidade de propiciar formação humanística, ética, trabalhando a condição humana em prol da tolerância, da convivência pacífica e inclusão de todos.

Desse modo, tem-se a clara ideia de que esta pesquisa contribuirá muito para que outros novos estudos possam discutir a intolerância religiosa no ambiente escolar, razão pela qual esse assunto não se esgota. Por isso, a utilização dos dados aqui levantados pode contribuir com a comunidade acadêmica e com os futuros estudantes do Curso de Ciências da Religião Brasil a fora, especialmente os acadêmicos da UFSM, que poderão valorizá-la como um instrumento de análise e crítica social.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Joycimar; ANDRADE, Marcelo. **A religião entra na escola pública: uma análise da intolerância religiosa na escola.** Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/88%20A%20RELIGI%C3%83O%20ENTRA%20NA%20ESCOLA%20P%C3%9ABLICA%20UMA%20AN%C3%81LISE%20DA%20INTOLER%C3%82NCIA%20RELIGIOSA%20NA%20ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 09 Dez. 2020.

CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. **O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios.** 2011. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2011/02/8-12.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

\_\_\_\_\_. **Conscientização.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979b.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, P.; CAMPOS, M. D. "**Leitura da Palavra... leitura do mundo**". *Correio da UNESCO*, V. 19, N.º 2, fev. 1991, pp. 4-9.

MILANI, Noeli Zanatt. **A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula.** 2012. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9410\\_4926.pdf](https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9410_4926.pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

PAULO, Adriano Ferreira de; SILVA, Joselina da. **Escritos de Comunidades Novas Católicas e as religiões de matrizes africanas em sala de aula: violências religiosas.** *Educação | Santa Maria | v. 44 |2019.* ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644435142>. Santa Maria: 2019.

PIZZANI, Luciana; et. al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 22 Nov. 2020.

ROCHA, Marcos; ROCHA, Rio Jose Geraldo da; LIMA, Jacqueline Pinheiro. **Intolerância religiosa em escolas públicas no Rio de Janeiro.** Revista **Educação.** v. 41, n. 3, p. 709-718, set./dez. Santa Maria, 2016.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Interculturalidade e Práticas Pedagógicas: construindo caminhos.** Educação | Santa Maria | v. 45 |2020. ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644438257>. Santa Maria: 2020.

SOUZA, Marselha Evangelista de; OLIVEIRA, Geovane Lopes de. **Religião, educação e futuro práticas escolares desafiadas pelo pluralismo, laicidade e intolerância.** 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2019/04/29.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

STRECK, Gisela Waechter. **O ensino religioso e a diversidade religiosa no Brasil: desafios para a educação.** 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4497/449749235014.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

SOARES, Magda. **Metamémoria-Memórias: Travessia de uma educadora.** Cortez, Editora; 2ª edição, São Paulo, SP, 2001. P.40.

ZITKOKSKI, J. J. **Paulo Freire & a educação.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.